



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8034 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ EM SENTIDO PROCESSUAL. DA AMÉRICA LATINA À COLÔMBIA. DA TEORIA AO INDIVÍDUO

Andrea Del Pilar Lozano Bohórquez - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ EM SENTIDO PROCESSUAL

DA AMÉRICA LATINA À COLÔMBIA

DA TEORIA AO INDIVÍDUO

A violência é um fenômeno complexo, muitas vezes naturalizado e que se manifesta de múltiplas formas, criando subjetividades e imaginários que se revelam na ação cotidiana dos indivíduos e leva-os a se localizar em posições cambiantes de vítimas e perpetradores de violência. Só basta olhar ao redor para ver a necessidade de fazer pesquisas sobre violência, mas reconhecendo o trabalho de gerações atrás gerações, que embora se educaram em contextos violentos, tem buscando criar iniciativas de paz; se quer fazer aqui uma análise sobre construção de paz, e mais especificamente, sobre a forma como o campo educativo tem respondido à urgente necessidade de convivência e pacificação, tarefa que ganha vida na Educação para a paz.

Em consequência, a intenção desta pesquisa é entender o que é a educação para paz (EPP) e seu processo de desenvolvimento em quatro níveis: EPP como proposta educativa, EPP na América Latina, EPP na Colômbia, e EPP nas subjetividades juvenis. Partimos assim da perspectiva histórico-processual de Norbet Elias, que nos permite ver a questão num aspecto social e psicológico sempre presente no decorrer histórico, onde além do fenômeno por se, se quer ver o efeito sobre a sensibilidade e emoções dos indivíduos. E da perspectiva de paz positiva de Johan Galtung, a qual faz ênfases no conflito e na concepção da violência só como um dos múltiplos efeitos da má gestão dos mesmos.

Apoiados numa revisão bibliográfica, se estabeleceram os antecedentes, conceitos-chaves e implicações educacionais da educação para a paz, como uma proposta fundada na defesa ativa dos direitos humanos, no estabelecimento de relações democráticas baseadas na autonomia dos indivíduos, e na ação social em benefício dos outros como fim último. Se trata de um processo contínuo que entende o conflito na sua capacidade criativa, e analisando experiências reais, vá escalando do micro ao macro, criando um currículo transversal e interdisciplinar que com ajuda de métodos socioafetivos trabalha uma educação em valores.

Num segundo momento, estudamos o processo de regulação transnacional efetuado pela UNESCO desde os anos 80 sobre cultura de paz e direitos humanos, link que permitiu e

incentivou a entrada da educação para a paz no contexto latino-americano, ao tempo que articulou a educação formal com experiências próprias da educação popular.

Assim, entendendo que no caso latino-americano a EPP não se consolida, mas, em alguns casos específicos, se posiciona na agenda política e acadêmica; a estudamos a partir de dois eixos: EPP como assunto de políticas públicas, e EPP na educação não formal.

Do primeiro eixo temos a Reconstrução de memória histórica como um elemento essencial na reparação as vítimas nos contextos de regímenes e ditaduras como no caso da Argentina, Guatemala ou Chile; ou contextos de conflito armado como o caso da Colômbia, Peru, Salvador e Nicarágua. Seus projetos pretendem principalmente lutar contra o esquecimento e garantir a não repetição dos atos violentos, numa perspectiva de defesa e promoção dos direitos humanos que reconhece e acompanha as vítimas, assim como procura a transformação não violenta dos conflitos.

Por outro lado, temos a Educação para a convivência, onde temos que o Chile e a Colômbia são os países que mais se deram na tarefa de implementar políticas no campo; porém, segundo a categorização feita por Macarena Morales e Veronica Lopez (2019), vemos que a ênfases democrática presente nos documentos da Costa Rica, Salvador, Uruguai e Venezuela, é a que mais se aproxima da visão integral do currículo como fortalecimento de práticas que propiciam instancias de participação, visão fundamental da educação para a paz.

Do segundo eixo, temos que para o caso latino-americano, conceitos chaves da EPP foram desenvolvidos via projetos sociais sob a concepção da filosofia da libertação. Neste sentido, podemos enunciar dois correntes que marcaram o pensamento e ação de base na região: A Pedagogia Popular que procura a integração do comunitário com o pessoal, e do afetivo com o intelectual fazendo ênfases na participação e produção coletiva do conhecimento; e, a Teologia da Libertação, que marca um fato fundamental num contexto maioritariamente católico, pois considera um bom cristão como aquele que assume um papel ativo nas transformações sociais em benefício dos mais necessitados.

Para o caso colombiano, podemos apontar o amplo trabalho em educação para a paz desde os diferentes setores da sociedade civil, igrejas, ongs, universidades, ministérios e administrações públicas. Trabalho que se vem desenvolvendo, de forma não lineal, a partir da constituição de 1991, mas que recobrou uma força significativa a partir do processo de paz entre o Estado Colombiano e a guerrilha das FARC (2012-2016), evento que entendemos como ponto de inflexão na educação para a paz na Colômbia.

Em quanto às subjetividades juvenis, o trabalho foi realizado por meio de uma metodologia qualitativa, integrando os métodos de grupo focal e entrevista, efetuados em dois centros educativos da Bogotá: O “Colégio Liceo Fesan”, escola privada com uma visão de educação integral; e a casa de acolhimento do “Instituto Colombiano de Bienestar Familiar”, na qual moram temporariamente, as vezes contra sua vontade, e como medida de proteção, menores infratores ou com problemas de convivência familiar.

Nos grupos focais, levantamos algumas questões sobre justiça e conflito, assim como concepções de violência e paz a partir de emoções, sensações e representações. Do mesmo jeito, com ajuda de algumas imagens, refletimos sobre os diversos tipos de violências a partir das experiencias dos jovens, pulando entre o nível mundial, nacional, escolar, familiar, etc. Finalmente, ouvimos os aportes dos participantes na formação e consolidação de uma cultura de paz.

Num segundo momento, elegemos 5 estudantes de cada grupo e indagamos sobre suas

experiências por meio de entrevistas semiestruturadas, gerando um diálogo mais pessoal sobre a forma direta em que os atinge diversas problemáticas, as posições cambiantes entre vítimas e perpetradores, assim como os conflitos que se apresentam na sua cotidianidade e a forma como os resolvem; sentir, exercer e resolver, foram os três momentos da entrevista que nos permitiram adentrar nas suas experiências e trajetórias pessoais.

Alguns dos elementos mais mencionados nestes encontros têm a ver com o conflito armado, a questão migratória e o êxodo venezuelano, a pobreza e a corrupção, a violência de gênero, e a importância de espaços de diálogo e justiça, assim como garantias de não repetição. Também observamos a forma como os estudantes tem ido incorporando conceitos-chaves da EPP que se expressam constantemente no discurso educativo, principalmente a partir da incorporação das “Cátedras de Paz”. Finalmente, queremos ressaltar o valor que os mesmos jovens atribuíram a estes espaços como vitais para a reflexão e a construção de paz desde os centros educativos.

Palavras-chave: Educação para a paz. América Latina. Colômbia. Subjetividade. Processo.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. ORG. A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores. Lisboa: Educa, 2006.

ELIAS, N. El proceso civilizatorio. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. pp. 167–191. Journal of Peace Research 6, 1969.

GOMEZ AREVALO, AP. Teoría de la educación para la paz em América Latina. Vol 1. No.3. Revista de Ciencias de la educación Academicus. Oaxacam, Mexico, 2013.

JARES, XR. Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena, 2007.

MORALES, M. LÓPEZ, V. Políticas de Convivencia escolar em América Latina: Cuatro perspectivas de comprensión y acción. Archivos analíticos de políticas educativas. Universidad de San Andres e Arizona State University. Tempe, 2019.